

STJ reconhece que indenização por danos morais pode ser aplicada a feto

Citando o direito   prote o jurídica de fetos, que possuem direitos da personalidade de forma reflexiva, a 4^a Turma do Superior Tribunal de Justiça rejeitou recursos e manteve decisão que condenou a Golden Cross ao pagamento solitário de indeniza o a um casal e   sua filha, que ainda era um feto quando o caso ocorreu, após erro em exame de ultrassonografia com translucência nugal (TN).

Para o relator do caso, ministro Marco Buzzi, mesmo que a vítima do erro médico ainda estivesse na condi o de feto quando do ocorrido, ela possui direitos da personalidade, ao menos reflexamente, e por isso pode receber a prote o do ordenamento jurídico.

Neste caso específico, porém, não há a indeniza o por danos morais porque, como outro exame afastou as suspeitas de doença apenas um dia após o erro médico, ele considerou que não houve dano infligido   criança, mas sim aos pais, que receberão R\$ 12 mil, metade da operadora e metade do centro médico.

Sobre a possibilidade de um acordo com um devedor solidário beneficiar também a outra parte envolvida como ré, o ministro apontou que isso não ocorre porque ficou claro que o acordo foi firmado para extinguir o caso entre o centro médico e o casal, sem qualquer men o ou benefício   Golden Cross.

O relator afirma ainda que o contrato entre clientes e planos de saúde tem como base a presta o de serviços por parte dos médicos e hospitais credenciados, que são indicados pela própria operadora, o que torna impossível afastar a responsabilidade solidária.

Inicialmente, a indeniza o fora recusada porque o erro ocorreu durante exame para analisar possíveis anomalias em um feto, com o centro médico indicando que a criança teria Síndrome de Down, tese afastada após exames feitos no dia seguinte. O juízo da 37^a Vara Cível da comarca do Rio de Janeiro afirmou que o fato do caso ter ocorrido antes do nascimento impedia a alega o de abalo psicológico   criança.

Ele também citou o acordo homologado entre o centro médico em que o exame foi feito e o casal, que acabou por encerrar o processo contra o local, permanecendo apenas a demanda contra a Golden Cross: na visão do juízo, era proveitoso ao outro devedor solidário. O casal apelou e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro acolheu parcialmente o pedido, determinando indeniza o de R\$ 6 mil, o que levou os dois lados a entrarem com recursos junto ao STJ. *Com informa es da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Autores: Redação ConJur